



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Secretaria-Geral de Administração e Planejamento

Comissão Permanente de Compras e Licitação

Avenida Governador Jorge Teixeira, 1722 - Bairro Embratel - CEP 76820-846 - Porto Velho - RO - www.defensoria.ro.def.br

## JUSTIFICATIVA

### JUSTIFICATIVA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

#### I - DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Tratam-se os autos de procedimento para aquisição de material elétrico para atender a Defensoria Pública do Estado de Rondônia.

O processo administrativo foi instaurado a partir do formulário de intenção de aquisição de bens e serviços (id. 0006268).

Foram realizadas pesquisa de preços junto a fornecedores diretos e em banco de preços, com intuito de estimar os preços da aquisição. Considerando apenas as propostas de preços de fornecedores locais, a classificação dos itens com base no menor preço por item ficou da seguinte forma, de acordo com o Despacho de instrução id. 0006325:

- Itens 04, 09, 10 e 15: ELETROTECH MATERIAIS E SERVICOS ELETRICOS LTDA (CNPJ: 42.611.700/0001-62), no valor total de R\$ 1.999,50 (hum mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos);
- Itens 07 e 14: MAQ-GAS COMERCIO E SERVICOS LTDA (CNPJ: 84.553.262/0001-73), no valor total de R\$ 87,90 (oitenta e sete reais e noventa centavos);
- Itens 11, 12 e 13: PETEL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA (CNPJ: 22.760.075/0001-03), no valor total de R\$ 79,27 (setenta e nove reais e vinte e sete centavos);
- Itens 01 e 08: ELETRUS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI (CNPJ: 33.311.039/0001-89), no valor total de R\$ 222,65 (duzentos e vinte e dois reais e sessenta e cinco centavos); e,
- Itens 03, 05 e 06: FREITAS & CIA LTDA (CNPJ: 02.179.328/0001-42), no valor total de R\$ 1.167,65 (mil cento e sessenta e sete reais e sessenta e cinco centavos).

Cabe salientar que o Departamento de Contabilidade verificou que até a presente data, para o exercício financeiro de 2021 na UG - 300001 – DPE e na UG - 300011 – FUNDEP não há empenhos emitidos para as referidas naturezas e subelementos em questão, conforme se verifica na informação id. 0006655.

A Diretoria de Planejamento, Orçamento e Gestão realizou a reserva orçamentária (id. 0006781) com base na nos valores e quantidades detalhados no Despacho de instrução id. 6393, exarado pela Secretária Geral de Administração e Planejamento.

As certidões de regularidade fiscal das empresas foram juntadas aos autos, conforme se verifica nos documentos de id. 0006272, 0006273, 0006274 e 0006275, as quais a tornam apta para contratar com a Administração Pública.

Portanto, em atendimento ao despacho exarado pela Secretária-Geral de Administração e Planejamento (id. 0006504), no sentido de que seja verificada a viabilidade legal/administrativa da contratação direta, esta Comissão assim se posiciona:

## II - DA JUSTIFICATIVA

A pretensa aquisição tem por objetivo a viabilização de pequenos reparos e instalações que se fazem necessários no âmbito das atribuições do Departamento de Serviços Gerais, que consistem na instalação de tomadas, trocas de lâmpadas, reatores, entre outros, de forma a manter a conservação predial em razão do desgaste natural das estruturas e possibilitar adequações em virtude da ampliação dos setores desta DPE, que devem ser realizadas de ofício pelo Departamento de Serviços Gerais e Diretoria de Engenharia.

Os itens que compõem o objeto ora pretendido são de extrema necessidade, vez que são utilizados para finalidades estruturais diversas, mas que se complementam pela obrigatoriedade de realização de pequenos reparos e instalações e manutenção das condições de salubridade, segurança e equilíbrio do ambiente organizacional.

Os materiais que se pretende adquirir, suprirão a necessidade dos setores para a realização de serviços diariamente solicitados e que contribuem sobremaneira para a consecução das atividades finalísticas desta Defensoria, de modo a atender, em caráter de urgência, a demanda existente na Capital.

## III - DA LEGALIDADE

É de conhecimento público que contratação de qualquer serviço através dispensa de licitação constitui medida excepcional na política de aquisições/contratações do poder público, e por isso, tal procedimento deve ser subsidiado por elementos objetivos indispensáveis à sua legalidade.

O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

A Constituição Federal de 1988 concedeu a possibilidade da contratação sem licitação desde que especificados em legislação, por lei ordinária. Diante disso a Lei nº 8.666/1993 estabeleceu a figura da **dispensa de licitação (art. 24)** e inexigibilidade de licitação (art. 25).

Ao compulsar os autos, verificam-se elementos objetivos que subsidiam legalmente o emprego da dispensa de licitação para a contratação ora pretendida, tendo em vista o valor acima citado.

Diante disso, após análise dos autos, verificou-se que a presente contratação poderá ser realizada por meio de dispensa de licitação em razão do baixo valor da aquisição, segundo dispõe o art. 24, inc. II, da Lei nº 8.666/1993, conforme trecho transcrito abaixo:

Art. 24. É dispensável a licitação.

(...)

II - para outros serviços e compras de valor até **10% (dez por cento)** do limite previsto na **alínea "a", do inciso II do artigo anterior** (R\$ 8.000,00) e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo

serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Vejamos o que traz a alínea "a", do inciso II do art. 23 da Lei supracitada:

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

I - para obras e serviços de engenharia:

(...)

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior

a) Convite - até **R\$ 80.000,00** (oitenta mil reais)

Ademais, é oportuno informar que o Decreto Federal nº 9.412/2018, atualizou os valores limite de três modalidades de licitação – convite, tomada de preços e concorrência, o que influencia diretamente no valor da dispensa de licitação prevista no artigo 24 da lei 8.666/93. Vejamos a redação do referido decreto:

Art. 1 - Os valores estabelecidos nos [incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), ficam atualizados nos seguintes termos:

I - para obras e serviços de engenharia:

a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e

c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais).

Portanto, o valor máximo para as dispensas de licitação prevista no art. 24, inc. II, da Lei nº 8.666/1993 passa a ser de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais).

Para ocorrer a dispensa de licitação, a lei de Licitações traz outras exigências, previstas no art. 26, senão vejamos:

Art. 26. As dispensas previstas nos §§ 2o e 4o do art. 17 e no inciso III e seguintes do art. 24, as situações de inexigibilidade referidas no art. 25, necessariamente justificadas, e o retardamento previsto no final do parágrafo único do art. 8o desta Lei deverão ser comunicados, dentro de 3 (três) dias, à autoridade superior, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 (cinco) dias, como condição para a eficácia dos atos

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que

justifique a dispensa, quando for o caso;

II - razão da escolha do fornecedor ou executante;

III - justificativa do preço.

IV - documento de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

A esse respeito, nota-se que foram satisfeitas as exigências do referido artigo, nesse sentido fazem-se necessárias às considerações abaixo:

1. Quanto ao inciso I, não é aplicado ao caso;
2. Quanto ao inciso II, à razão do fornecedor ou executante, qualifica-se por ser a empresa especializada que apresentou menor preço das propostas apresentadas, e que também demonstrou a regularidade fiscal, tornando-a apta a contratar com a Administração Pública.
3. Quanto ao inciso III, a justificativa do preço encontra-se no orçamento apresentado pelas empresas ELETROTECH MATERIAIS E SERVICOS ELETRICOS LTDA, MAQ-GAS COMERCIO E SERVICOS LTDA, PETEL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA, ELETRUS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI e FREITAS & CIA LTDA, cujo valores propostos para os itens que apresentaram as melhores propostas encontra-se na média dos demais preços apresentados na planilha mercadológica (id. 0006271).
4. Quanto ao inciso IV, não é aplicado ao caso.

Assim sendo, verifica-se que a presente contratação apresenta os requisitos legais, sendo possível, portanto, a dispensa de licitação com base no art. 24, inc. II, da Lei nº 8.666/1993.

#### IV - DA CONCLUSÃO

Pelas razões expostas, e, sobretudo, pela estrita observância aos dispositivos legais que regulamentam a matéria para as aquisições aqui especificadas, justifica-se a contratação direta por **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, observada as demais exigências legais, para validar o respectivo ato.

Destacamos que a presente manifestação não vincula a decisão superior acerca da conveniência e oportunidade do ato, apenas faz uma contextualização fática e documental com base naquilo que está carreado ao processo. Contudo, vem somar no sentido de fornecer subsídios à Autoridade Superior, a quem cabe à análise desta decisão.

Porto Velho - RO, 23 de dezembro de 2021.

**Luan Hortiz Campos**

Presidente da CPCL/DPE/RO



Documento assinado eletronicamente por **Luan Hortiz Campos, Presidente da Comissão Permanente de Licitações**, em 23/12/2021, às 13:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://www.defensoria.ro.def.br/validar\\_sei](https://www.defensoria.ro.def.br/validar_sei) informando o código verificador **0006911** e o código CRC **F569C68E**.

